

P. P. I.

PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, LDA.

GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telef. 36 69 12 - 32 64 54



RECORTES CLASSIFICADOS

IMPrensa SEMANAL

EXPRESSO		AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL	-1. FEV. 1980	ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUGALENSE		LUTA POPULAR	
		PODER POPULAR	

Escrever na água



Augusto Abelaira

Duplo crime

Esta história dos telegramas contraditórios mandados à ONU pelo nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros, o primeiro movido pela precipitação da vingança contra um dos responsáveis pelo movimento dos capitães de Abril, o outro por um súbito bom senso (vindo de cima, ao que parece) demonstra que uma das promessas da AD está a ser cumprida: não me refiro à de não haver perseguições (os «adês» são incapazes disso), refiro-me à da governação competente. Efectivamente, ao que consta, a competência tem sido rara em Portugal, mas por felicidade a AD possui grandes reservas. No

MNE essa acumulação de competência começa já a dar os seus frutos e a prestigiar-nos no estrangeiro. E, dado o dinamismo de Freitas do Amaral, a sua sede de tomar grandes e históricas decisões, as minhas esperanças residem agora no ministro da Defesa. Se, por acaso, Freitas do Amaral num dos seus sonhos de antiquada grandeza pedir a Amaro da Costa que ordene à nossa flotilha de submarinos atómicos que envie algumas ogivas nucleares em direcção a Moscovo... Bem, espero que o nosso ministro da Defesa não dê execução ao pedido. Ou que dê..., porque, afinal, tanto faz!

De resto, uma das coisas cómicas deste governo parece-nos esta: alguns (digo alguns, não digo todos) dos seus ministros, neste Portugal posterior a Abril, também seriam ministros se Abril não tivesse acontecido, se Marcio continuasse a governar os negócios e os ministros (na celsa!) E não posso deixar de prestar as minhas homenagens a esses homens que nasceram num berço de ouro.

A única observação que poderei acrescentar é esta: seriam ministros com tudo o que torna um ministro igual a outro ministro, mas com uma pequenina diferença: governariam perfeitamente à vontade com PIDE e com censura, que era como então se usava governar. E como ministros do Estado Novo protestariam, ficariam indignados quando um cidadão português defensor dos direitos humanos fosse encarcerado? Enfim, deixando de conjugar verbos no condicional, protestaram publicamente, indignaram-se publicamente quando Jaime Cortesão, António Sérgio ou Aves Redol, entre outros, foram presos, quando o bispo do Porto foi exilado? Se assim for, se pelo menos assinaram um papelinho de protesto, então podem moralmente indignar-se com as perseguições movidas a Sakharov. De contrário, os protestos desses ministros ou não ministros ministeriáveis no antigo regime (com PIDE e com cen-

sura), parecem-me uma ofensa a Sakharov, a coragem das suas atitudes.

Em resumo, não pode moralmente indignar-se com as perseguições de que Sakharov é vítima, quem não se indignou com as perseguições a Sérgio ou a Cortesão, nos bons tempos do fascismo. Mais: quem não se indigna também com os atentados aos direitos humanos que se praticam constantemente na África do Sul, no Chile, no Uruguai (mas a lista é muito mais extensa, a Oriente e a Ocidente, basta ler um resumo do relatório da Amnistia Internacional). Um governo que fale apenas da URSS, mas ignore o que se passa em muitos outros países, cobre-se de ridículo, perde toda a autoridade moral, mostra-nos que usa dois pesos e duas medidas. E se relacionarmos estes protestos do nosso MNE com as vingancinhas sonhadas contra Maria de Lurdes Pintasilgo e contra Melo Antunes, o ridículo cresce. Não são efectivamente os direitos humanos que interessam ao nosso Governo, mas o uso político que pode fazer de certas situações. Como tantas vezes acontece, os direitos humanos são apenas um pretexto.

Falei da África do Sul, do Uruguai, do Chile. Mas nós próprios, portugueses, não teremos vasta matéria a propósito da qual deveríamos manifestar a nossa indignação? Lembro-me de Isabel do Carmo e dos seus companheiros. Será moralmente admissível que só após quase dois anos de cadeia eles sejam julgados? Que lei moral poderá admitir tal iniquidade?

Direi, para terminar, que Sakharov é vítima de um duplo crime: o das autoridades soviéticas, incapazes de governar sem repressão. E o daqueles que puderam viver aliados aos repressores (os tais para quem o 25 de Abril representou uma ruptura no fio natural da nossa história) e que hoje se servem sem pudor do «caso Sakharov».